

Os riscos da esfera transnacional: recentes confrontações entre feminismos no Brasil Adriana Piscitelli

Neste texto trato dos riscos envolvidos na transnacionalização dos feminismos, esboçando algumas reflexões, ainda em elaboração, sobre recentes confrontações entre feministas no Brasil, envolvendo prostitutas que se consideram feministas e se afirmam como *putafeministas*. No Brasil, essa transnacionalização tem colaborado produtivamente no ativismo voltado para a promoção dos direitos das mulheres, viabilizando articulações políticas através das fronteiras e contribuindo na circulação de relevantes ferramentas teóricas. No âmbito desse processo, se difundiram e foram apropriadas categorias e noções relevantes para as práticas feministas, que tiveram impacto nas reflexões teóricas, nas ações e na formulação de políticas públicas – cito como exemplo as categorias de gênero, na década de 1990, de interseccionalidade, a partir da década de 2000 e, mais recentemente, a noção “cultura do estupro”. Entretanto, essa transnacionalização também envolve perigos.

Esses riscos tem sido considerados por leituras críticas informadas pelas perspectivas dos feminismos transnacionais. Refiro-me, sobretudo à proposta de considerar a alteridade em leituras que possibilitem compreender como as histórias das desigualdades foram estruturando valores, desejos e necessidades em mulheres de diferentes grupos e classes e de levar em conta a multiplicidade dos feminismos no mundo (Gupta, 2006; Alexander e Mohanty, 1997).

No final da década de 2000, várias autoras consideraram os perigos presentes no trabalho de instituições como as das Nações Unidas, organizações multilaterais, ONGs e redes feministas transnacionais, em termos do reconhecimento da alteridade e da diversidade de feminismos (Patil, 2011; Collins et alii, 2010). Elas observaram como essas redes, consideradas como uma globalização “desde baixo” e valorizadas por viabilizar a organização de mulheres de diferentes países em torno a agendas comuns, recriavam problemas dos feminismos internacionais, da idéia de “sororidade global”, reiterando noções lineares de desigualdade de gênero e de feminismo (Patil, 2011). Mas, no período recente, no Brasil, esses riscos adquirem conotações particulares. Neste texto trato delas, baseando-me em pesquisas realizadas a partir de 2010 sobre as relações entre feminismos e prostituição no Brasil e no acompanhamento de recentes confrontações entre feministas no país (Piscitelli, 2014; 2016).

Em diferentes partes do mundo há relações tensas entre algumas linhas de

pensamento feminista e prostitutas. No Brasil, porém, as confrontações feministas em torno da prostituição, relativamente moderadas até poucos anos atrás, se intensificaram numa crescente espiral de violência. O ponto que levanto aqui é que elas estão vinculadas à circulação transnacional de algumas ideias feministas sobre a prostituição, cuja acelerada disseminação e incorporação teve lugar no âmbito da recente expansão e popularização dos feminismos no país, intensamente mediados pela web. E as particularidades dessa incorporação não podem ser separadas do singular e nefasto contexto político no qual ela tem tido lugar, marcado por um crescente conservadorismo¹ e pela desestabilização de garantias de direito, que se deu de modo concomitante à grave crise que conduziu ao afastamento da presidenta eleita Dilma Rouseff e ainda está em curso.

Farei um breve histórico das relações entre prostituição e feminismos na história recente no país, para considerar depois as novas confrontações entre feministas. Quando, no mundo anglo-saxão, as feministas se debatiam nas “guerras do sexo”, em torno à pornografia e a prostituição, a organização dos grupos feministas no Brasil girava em torno de outras questões, vinculadas à oposição ao regime militar, à lutas pela democratização e pela anistia e também, às “lutas específicas” contra a dominação masculina, enfrentando a violência contra as mulheres e pelo direito ao prazer. Levando em conta depoimentos de ativistas, durante as décadas de 1970 e 1980 a prostituição sem integrar o leque de principais inquietações no movimento, gerou um interesse produtivo, em termos de reflexões e de aproximação e certo apoio às prostitutas (Piscitelli, 2014; Corrêa e Olivar, 2014).

O quadro foi se alterando ao longo do tempo, expressando-se, a partir da década de 1990, às vezes numa relação ambivalente, em que feministas com importante atuação no cenário nacional afirmavam que a prostituição era uma exploração contra a mulher, mas percebiam posições como as da ativista Gabriela Leite, que afirmava o exercício da prostituição como escolha e como direito, como inquietante, pois era a expressão de um conceito caro ao feminismo: a autonomia. E às vezes, em aberta rejeição. As posições negativas em relação à prostituição tiveram maior difusão a partir do final da década de 1990, no âmbito de reconfigurações do movimento feminista no Brasil que envolveram articulações com o Estado e a

¹ Na leitura realizada por Lia Zanota Machado (2016) essa escalada conservadora teria tido início anos antes, considerando que a grande tensão que mudou os termos da negociação entre feminismo e Estado se iniciou em 2005/2006.

inserção em organizações não governamentais, e se intensificaram a partir da virada do século, no âmbito da ampliação das articulações feministas transnacionais². Esse momento coincidiu com a consolidação, no Brasil, do combate ao tráfico de pessoas. Na segunda metade da década de 2000, o tráfico de pessoas se tornou um tema de trabalho de importantes coalizões de mulheres brasileiras. A partir da preocupação pelo tráfico de pessoas, articulações feministas brasileiras vinculadas a movimentos transnacionais que reagem aos efeitos da globalização sobre as mulheres, escolhendo como um dos alvos preferenciais a mercantilização do corpo, passaram a discutir com mais intensidade a prostituição, considerada como violência sexista. E as vozes feministas contrárias ao reconhecimento da prostituição como trabalho, na sua articulação com setores do Estado, fazendo parte da arquitetura de governamentalidade (Foucault, 2006), foram tornando essas posições mais visíveis.

Nos primeiros anos da década de 2010, porém, essa não era uma posição homogênea no movimento feminista no Brasil. Essa relativa heterogeneidade também aparecia em novas expressões do feminismo, como a *Marcha das Vadias*, e em publicações feministas alternativas na *web*. Paralelamente, ia se difundindo a rejeição à discussão com as prostitutas que afirmam sua atividade como um trabalho e aos estudos que apoiavam essa linha de pensamento, inclusive entre jovens universitárias. Um episódio que teve lugar em 2013, nesta casa, foi marcante. Pela primeira vez vimos jovens feministas hostilizando as pesquisadoras que discutíamos prostituição com cartazes com frases como: “O que você chama escolha individual nos chamamos de terrorismo heteropatriarcal”.

Sintetizando esse relato, embora tenha existido uma relativa heterogeneidade no cenário feminista no Brasil, em termos dos posicionamentos em relação às reivindicações das prostitutas, no âmbito da articulação com feminismos transnacionais e em versões dos feminismos jovens houve um acirramento da negação

² De acordo com autoras que estudam a história do movimento feminista no Brasil (Matos, 2010), a década de 2000 no país é caracterizada pelo trabalho em arenas paralelas de atuação, no âmbito da sociedade civil e nas fronteiras entre ela e o Estado e por um novo marco para a atuação do feminismo numa perspectiva transnacional. Esse momento coincide como o surgimento de movimentos de justiça global, envolvendo um leque de atores fora do estado, de redes como a *Marcha Mundial das Mulheres contra a Violência e a Pobreza* (Alvarez, 2009). No Brasil, esses feminismos, conjuntamente com o protagonizado por “feministas jovens”, isto é, que por primeira vez apresentam uma agenda diferenciada em relação às gerações anteriores, cujas articulações se intensificaram na década de 2010 (Branco de Castro Ferreira, 2016) produziram correntes efervescentes no movimento.

a essas reivindicações. Esse acirramento se tornou mais sério no contexto recente, no qual a prostituição e não necessariamente o tráfico de pessoas delinea-se como “problema”.

Nesse contexto, os ativismos das prostitutas introduziram novos elementos nas relações entre feminismos e prostituição. Trata-se das reivindicações das putafeministas que, atualizando o desafio realizado anos antes por Gabriela Leite, afirmando-se como feminista³, reivindicam um feminismo que acolha suas demandas: organizar-se em coletivos que se articulem com os demais movimentos sociais; lutar por melhores condições de trabalho; para combater o estigma que pesa sobre as trabalhadoras sexuais, causa de exclusão social e fortalecer a rede de apoio entre as mulheres para que mais trabalhadoras sexuais possam sair de situações de risco.

As putafeministas, algumas das quais são extremamente ativas na web, adquiriram rapidamente visibilidade. Essa visibilidade e as reações a ela não podem ser separadas da complexa conformação atual dos feminismos no Brasil. Sonia Alvarez aborda (2014) essa complexidade considerando os feminismos como campos discursivos de ação. Ela percebe esses campos como marcados, neste momento, por um fluxo horizontal de discursos e práticas plurais que se expande em diversos setores paralelos da sociedade civil e para além dela, multiplicando os campos feministas, conduzindo a uma proliferação geométrica de atoras que com eles se identificam e a um descentramento no interior desses feminismos plurais. De acordo com Alvarez, esses campos são articulados através de redes político-comunicativas e de linguagens, sentidos e visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhadas. E nessa expansão e popularização do feminismo, a internet tem adquirido lugar de destaque.

Considerando essa importância, Ferreira (2016) observa que, no Brasil, desde 2011, a internet tem tido um papel central na constituição de redes que aprofundaram contatos em e entre grupos já existentes e criando outras redes de comunicação como instrumento de identificação e recurso de ação política em ações que, sem requerer uma militância/“consciência feminista” prévia, ampliaram consideravelmente o número de pessoas atingidas. Vale lembrar os diversos tipos de campanhas e de grandes manifestações de rua, que, mediados pela web, tiveram lugar no país a partir

³ Monique Prada, trabalhadora sexual, ativista digital e fundadora da CUTS (Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais) afirma que prostituição e feminismo caminham juntos na luta pelo direito da mulher à sexualidade. Ver: Carta Capital, 24/06/2015, in <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/monique-prada-9583.html>, consultado em maio de 2016.

de 2015⁴, reagindo aos ataques de políticos conservadores aos direitos das mulheres e de pessoas LGBT.

As reivindicações das putafeministas foram aceitas em alguns espaços feministas no Brasil. Na percepção de uma destacada ativista, Monique Prada, que em 2017 passou a integrar, como trabalhadora sexual, o grupo assessor da sociedade civil da ONU Mulheres no Brasil⁵, essa aceitação mantém relações com a força do ativismo digital, que torna impossível ignorar certas reivindicações de direitos. Outro elemento que talvez seja relevante é o protagonismo político assumido pelas organizações de prostitutas no Brasil, que adquiriu particular força no momento de desestabilização democrática vivido no país, no qual elas se posicionaram em defesa da democracia, contra o machismo e a misoginia, apoiando a permanência da presidenta Dilma⁶.

Mas, paralelamente, os ataques às reivindicações das prostitutas se ampliaram, agora marcados por uma inusitada violência simbólica. E parte dessa violência foi acionada e expressada a partir de noções vinculadas à “cultura do estupro”, uma noção produzida nos Estados Unidos ((Brownmiller, 1975: 391; Rentschler, 2014), que já circulava no país e se difundiu intensamente em 2016, após um estupro coletivo que teve lugar no Rio de Janeiro⁷.

Utilizando a noção “cultura do estupro”, feministas contrárias à consideração da prostituição como trabalho, atualizaram ideias contra o exercício dessa atividade formuladas por autoras como Dworkin (1976) e Catherine Mackinnon (1982), que consideram essa atividade como inerentemente violenta. Páginas do face book nas quais circulam termos pouco usuais no Brasil anos atrás, como “radfems”, mostram como algumas dessas reações mantém relação com a analogia estabelecida por

⁴ Primavera feminista no Brasil, El País, 12/11/2015, in: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html

⁵ ONU Mulheres, 25.05.2017 - ONU Mulheres divulga resultado da seleção do Grupo Assessor da Sociedade Civil (GASC). in: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-divulga-resultado-da-selecao-do-grupo-assessor-da-sociedade-civil-gasc/>

⁶ **Prostituta divulga carta aberta à Dilma Rousseff**. Em carta enviada à presidente Dilma Rousseff, Monique Prada, prostituta e líder do sindicato das trabalhadoras sexuais, critica o sexismo presente nos xingamentos feitos contra a mandatária. Pragmatismo Político, 14/05/2016, in <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/05/prostituta-divulga-carta-aberta-a-dilma-rousseff.html>, consultado em junho de 2016

⁷ Adolescente é vítima de estupro coletivo no Rio de Janeiro, 26/05/2016, Band notícias, in <http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/videos/15875174/adolescente-e-vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-de-janeiro.html>, consultado em julho de 2016.

algumas feministas entre estupro e prostituição, negando às prostitutas a possibilidade de se posicionarem contra o estupro.

Nessas páginas são dirigidas duras acusações a quem reivindica a regulamentação laboral da prostituição, como - “quem defende a cafetinagem defende a cultura do estupro”; quem defende a “continuidade da profissionalização do sexo”, “defende a perpetuação do tráfico de mulheres”. Essas acusações vão além de negar os direitos reivindicados pelas prostitutas como direitos das mulheres: convertem os objetos dessas reivindicações – descriminalização do entorno da prostituição e regulamentação laboral da prostituição – praticamente em causa da violência contra as mulheres e as prostitutas em cúmplices da cultura do estupro.

Concluindo, retomo a ideia das conotações particulares que os riscos da transnacionalização dos feminismos apresentam, no momento atual, no Brasil. O material que apresentei mostra novas e aceleradas difusões e apropriações de noções feministas sobre prostituição que circulam através das fronteiras, e alguns aspectos que parecem paradoxais. Os riscos de ignorar ou reprimir outras formas de diferença no âmbito dos feminismos, que neste caso se materializam no ataque muitas vezes cruel a outras vozes feministas, não partem aqui das instâncias tidas como particularmente problemáticas pelas leituras críticas dos feminismos transnacionais, no início desta década.

Neste contexto, uma agência feminista vinculada às Nações Unidas, a ONU Mulheres do Brasil, uma dessas instâncias tidas como reprodutoras de hierarquias geopolíticas, de classe e educacionais (Patil, 2011) no âmbito do feminismo, incorporou em seu corpo de assessoras uma putafeminista. Os ataques violentos tampouco partiram necessariamente de articulações feministas “estabelecidas” no Brasil, vinculadas a redes transnacionais, que não apoiam o reconhecimento da prostituição como trabalho. Eles parecem ser efeito da particular incorporação de noções transnacionais sobre a prostituição, no âmbito da recente expansão e popularização dos feminismos no Brasil, marcada pelo clima de ódio e de impunidade que se disseminam neste momento político no país e que se manifesta de maneira particular, mas não exclusiva, na web, esse meio que tem sido fundamental na viabilização dessa expansão.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Jacqui M e MOHANTY, Chandra Talpade: Introduction, Genealogies, Legacies, Movements, in: ALEXANDER, Jacqui M e MOHANTY, Chandra Talpade (ed): *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*. New York, Routledge, 1997: xiii-xlii
- ALVAREZ, Sonia: Beyond NGO-ization? Reflections from Latin America. *Development*, 52 (2), 175-184, 2009.
- ALVAREZ SONIA: Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *cadernos pagu* (43), janeiro-junho de 2014:13-56
- BROWNMILLER, Susan: *Against our Will: Men Women and Rape*, New York Fawcett Columbine, 1975.
- COLLINS, Dana, FALCÓN, Sylvanna, SHARMILA LODHIA e TALCOTT, Molly: New Directions in Feminism and Human Rights, *International Feminist Journal of Politics* 12:3-4, December 2010: 298-318
- CORRÊA, Sonia e Olivar, José Miguel Nieto. The politics of prostitution in Brazil between “state neutrality” and “feminist troubles” in *The Business of Sex*, by Laxmi Murthy and Meena Saraswathi Seshu (Eds), Zubaan, New Delhi, 2014.
- DWORKIN, Andrea: *Our Blood: Prophecies and Discourses on Sexual Politics*, New York, Putnam Sons, 1976
- FERREIRA, Carolina Branco de Castro. (2016). O gênero do amor: cultura terapêutica e feminismos. *Cadernos Pagu*, (47), e16472. Epub July 22, 2016. <https://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470002>
- FOUCAULT, Michel. *Seguridad, Territorio, Población*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- GUPTA, Jyotsna Agnihotri Jyotsna: Towards Transnational Feminisms: Some Reflections and Concerns in Relation to the Globalization of Reproductive Technologies, *European Journal of Women's Studies* 2006: 13-23
- MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cad. Pagu* [online]. 2016, n.47 [cited 2017-05-22], e16471. Available from: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>
- MATOS, Marlise, 2010, Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.
- MACKINNON, Catherine, 1982, “Marxism, feminism and the State: Toward Feminist Jurisprudence”, in *Signs* 7.5, pp. 515:544
- MOHANTY, Chandra Talpade. "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses." *Feminist Review* 30 (1988): 61-88.
- PATIL, Vrushali: Transnational Feminism in Sociology: Articulations, Agendas, Debates, *Sociology Compass*, 5/6, 2011: 540-550
- Pinho, Osmundo: Um Enigma Masculino: Interrogando a Masculinidade da Desigualdade Racial no Brasil. *Universitas Humanistica*, v. 77, p. 227-250, 2014.
- Piscitelli, Adriana: Transnational Sisterhood? Brazilian Feminisms Facing Prostitution. *Latin American Policy*, v.5, p.221 - 235, 2014.
- PISCITELLI, A. G. Conhecimento antropológico, arenas políticas, gênero e sexualidade. *Revista Mundaú*, v.1, p.73 - 90, 2016.
- RENTSCHLER, Carrie: Rape Culture and the Feminist Politics of Social Media, *Girlhood Studies* 7, no. 1 (Summer 2014): 65-82, Bergham Journals.
- SHARMA, Aradhana e GUPTA, Akhil: Introduction: Rethinking Theories of the State in an Age of Globalization, in: SHARMA, Aradhana e GUPTA, Akhil, *The Anthropology of the State, a reader*, Malden, Blackwell Publishing, 2006, pp. 1-42
- WHISNANT, Rebecca, "Feminist Perspectives on Rape", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/feminism-rape/>>